



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRO DAS FINANÇAS

INTERVENÇÃO

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA, ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

4 DE MARÇO DE 2016

Senhora Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Cabe-me, no âmbito da discussão na especialidade da proposta de Orçamento do Estado para este ano, e no que respeita à área das Finanças, apresentar as medidas inscritas na proposta que o Governo apresentou à Assembleia da República, procurando esclarecer as senhoras e os senhores Deputados, bem como o país.



I

Permitam-me que comece esta minha intervenção pelas questões relacionadas com a **Administração Pública**.

Nos últimos anos, observou-se uma degradação dos serviços públicos, com impacto direto não só em quem neles trabalha, mas, especialmente, nos cidadãos que, com a ajuda deles, procuram resolver os seus problemas.

É por isso essencial recuperar a confiança dos cidadãos na Administração Pública portuguesa e nos seus serviços. Para este fim, é também fundamental valorizar os recursos humanos da Administração Pública: a melhoria dos serviços prestados não é alcançada sem trabalhadores qualificados e motivados, comprometidos com a aplicação da política pública, tendo em vista a melhoria do bem-estar dos cidadãos e a competitividade das empresas.

As medidas que propomos asseguram a valorização dos trabalhadores e da sua produtividade, designadamente através da



eliminação progressiva da redução remuneratória, mas, também, através da flexibilização dos mecanismos de conciliação do horário de trabalho com as necessidades familiares e sociais dos trabalhadores, não descurando a necessária proteção do interesse público.

Precisamos de uma Administração Pública que prossiga a simplificação na sua organização e no seu funcionamento, seja através de uma gestão autónoma dos orçamentos pelos dirigentes dos serviços, seja pela adoção do modelo de organização matricial, ao mesmo tempo que se procede à avaliação do Estatuto do Pessoal Dirigente e dos modelos organizacionais dos ministérios.

No que se refere à gestão integrada da função pública promoveremos a mobilidade voluntária de trabalhadores. Apenas em casos devidamente fundamentados será autorizada a abertura de novos concursos. Juntando estes aspetos com o número de funcionários públicos aposentados, procede-se ao ajustamento do quadro de pessoal da Administração Pública.



Faço notar, no entanto, que estas medidas se enquadram num necessário esforço de consolidação orçamental, pelo que são mantidas algumas medidas que têm em vista este fim, como sendo as que condicionam as valorizações e posições remuneratórias ou a atribuição de prémios de desempenho e de gestão.

O Orçamento do Estado para 2016 é um orçamento equilibrado. Com este equilíbrio, asseguramos o aumento do rendimento disponível das famílias, o reforço da coesão e da equidade social e um crescimento económico saudável. Mas temos também ganhos de eficiência ao nível da despesa pública, desde logo, pela estabilização da despesa com consumos intermédios: excluindo os encargos com PPP, o valor nominal deverá ser próximo do verificado no ano de 2015.

Relativamente à dívida pública, a amortização antecipada de 4,6 mil milhões de euros do empréstimo do FMI contribuirá para uma poupança de juros e outros encargos da dívida direta do Estado de cerca de 70 milhões de euros em Contabilidade Pública e de 30 milhões em Contas Nacionais.



No que se refere ao reforço da qualidade e gestão das finanças públicas, permitam-me que refira dois aspetos essenciais.

Um primeiro prende-se com a revisão da despesa pública. A mudança que é necessária na Administração Pública pressupõe que o Governo disponha de informação sobre os seus recursos humanos e a sua caracterização: quantos funcionários públicos existem, quais as suas remunerações, quais as suas qualificações, quantas horas trabalham, como se organizam as suas carreiras. Tudo isto é fundamental para podermos intervir de forma séria e racional na Administração Pública.

É igualmente necessário implementar um processo de orçamentação da Administração Pública, orientado para a gestão eficiente dos recursos e para a diminuição dos gastos supérfluos.

Por tudo isto que vos referi, prevemos a constituição, ainda este ano, de um grupo de trabalho, com representantes de diferentes áreas, que procurará identificar as melhores práticas que existem na Administração Pública na gestão de recursos humanos,



materiais e financeiros. Este trabalho deve ser contínuo e o mais abrangente possível, para que essas mesmas práticas possam ser implementadas nos diferentes serviços da Administração Pública.

Uma segunda nota para o reforço da qualidade e gestão das finanças públicas tem que ver com a reforma da contabilidade pública. É assumido por todos que o atual sistema de normalização contabilística para o setor público está desatualizado, fragmentado e inconsistente, com todos os problemas e dificuldades que daí advêm. A reforma da contabilidade pública é, assim, assente numa nova Lei de Enquadramento Orçamental, pelo seu carácter estruturante, e pela adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, em linha com as práticas internacionalmente adotadas.



II

Senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados

É necessário melhorar a eficiência na utilização e gestão dos recursos por parte das entidades do **Setor Empresarial do Estado**. Mais uma vez, no passado recente, o objetivo foi o de continuar cegamente a reduzir os gastos correntes.

Posso assegurar-vos que este Governo não descuida os números. Por isso, não disputamos a necessidade de conter a despesa. No entanto, devemos pensar de forma global, tendo em vista o interesse público, e, sobretudo, de forma racional. Assim, relativamente à utilização e gestão dos recursos por parte das entidades do Setor Empresarial do Estado, serão alcançadas melhorias na eficiência, adotando-se critérios não só de custo mas também de eficácia e identificando ainda fatores de produção com elevados níveis de despesa e ineficácia.

Por outro lado, também no Setor Empresarial do Estado, as empresas terão que considerar a reposição gradual das



remunerações, o que traz como consequência a necessidade de um maior esforço de gestão, racional e de contenção da despesa.

III

Relativamente às **Parcerias Público-Privadas**, a política orçamental do Governo terá duas preocupações essenciais. Uma primeira para garantir a sustentabilidade das contas públicas, através da conclusão dos processos de negociação dos diferentes contratos de PPP atualmente em curso. Uma segunda para garantir a defesa intransigente do interesse público, fazendo uma gestão e utilização eficiente dos recursos, designadamente ao nível do planeamento, da avaliação e da estruturação de projetos públicos.



IV

Senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados,

Vou procurar apresentar agora aquelas que são as orientações da política fiscal inscritas na proposta de Orçamento do Estado para 2016.

Uma primeira preocupação do Governo relativamente à política fiscal é a de assegurar a estabilidade do sistema. Por este motivo, mantemos inalteradas as taxas dos principais impostos. Refiro-me ao IRS, ao IRC e ao IVA. Nestes impostos, as alterações que efetuamos aos respetivos regimes - e não às respetivas taxas - são apenas na medida do estritamente necessário para assegurar a execução dos compromissos assumidos no Programa do Governo.

Infelizmente, temos ainda que considerar uma perda de receita fiscal, no valor de cerca de 677 milhões de euros, uma vez que o anterior Governo decidiu antecipar para 2015 este valor de receita que seria, em condições normais, relativo a 2016.



Procuramos ainda uma distribuição mais justa da carga fiscal. Menos impostos penalizadores do trabalho. Mais receita decorrente dos impostos indiretos, mais amigos do crescimento, a que se juntam ainda preocupações extrafiscais.

Vejamos em concreto algumas destas medidas.

O aumento de impostos que sobrecarregou as famílias portuguesas nos últimos anos começa a ser corrigido. As senhoras e os senhores Deputados aprovaram no final de 2015 um diploma que prevê a redução da sobretaxa do IRS no ano de 2016 e a sua eliminação no próximo ano. Neste ano de 2016, 99,7% dos agregados familiares estão isentos ou beneficiam de uma redução da sobretaxa.

Através do mesmo diploma, é extinta a partir de 2017 a Contribuição Extraordinária de Solidariedade. No presente ano, verificamos uma redução para 7,5% sobre o montante que exceda 11 vezes o valor do IAS (mas que não ultrapasse 17 vezes aquele valor). Sobre o montante que ultrapasse 17 vezes o valor do IAS, a taxa de contribuição é de 20%.



Referi há pouco que se alcança parte da receita fiscal através do aumento de impostos indiretos. É importante termos presente que o aumento destes impostos tem ainda subjacente um conjunto de preocupações extrafiscais, como também referi.

O nível de poupança das famílias portuguesas tem sido bastante baixo. Mais: regista-se um elevado nível de endividamento. Por isto, propomos um agravamento de 50% do Imposto do Selo sobre o crédito ao consumo.

No que se refere ao Imposto sobre os Produtos Petrolíferos, assistimos nos últimos tempos a uma diminuição da cotação internacional do petróleo, com a consequente perda da receita fiscal, a qual produziu significativo impacto na receita do IVA. Propusemos, assim, um aumento de seis cêntimos por litro no imposto aplicável à gasolina sem chumbo e ao gasóleo rodoviário. Ao mesmo tempo, está prevista uma autorização legislativa para a criação de um regime fiscal compensatório para os agentes



económicos mais penalizados, nomeadamente os transportes de passageiros e de mercadorias. Também neste caso, a alteração proposta tem em vista preocupações ambientais. Mas tem ainda em consideração o volume das importações nacionais causado pelo aumento do consumo como consequência da redução do preço de venda ao público.

O Imposto sobre o Tabaco, onde se propõe também um aumento, é outro dos exemplos de impostos com finalistas extrafiscais, visando, neste caso, o desincentivo ao consumo de um produto nocivo para a saúde. É, portanto, alterada a fórmula de cálculo do imposto.

Em relação ao Imposto Sobre Veículos, são revistas as taxas, com uma atualização da componente cilindrada em 3% e aumentos da componente ambiental entre 10 e 20%. Ao mesmo tempo, mais uma vez com preocupações ambientais, existe um desagravamento para as viaturas menos poluentes, como fator de incentivo à aquisição de viaturas mais eficientes do ponto de vista ambiental.



Os impostos com finalidades extrafiscais têm uma atualização base de 3%. Recordo que este valor, ainda assim, é inferior ao indicador de referência, superior à inflação registada em 2015.

Também na contribuição sobre o setor bancário temos um aumento, assegurando uma repartição do risco relativa a eventos neste setor: uma repartição mais adequada entre os contribuintes e o setor bancário. Por outro lado, não esqueçamos o aumento das responsabilidades do Fundo de Resolução, pelo que é fundamental assegurar a respetiva solvência.

As medidas que o Governo inscreve na proposta que aqui apresentámos têm também em vista a eficiência e a justiça fiscais.

É por isso que propomos a substituição do quociente familiar por uma dedução específica por filho. Em 23 de fevereiro tive oportunidade de anunciar aqui no Parlamento que a dedução específica por filho seria no valor de 600 euros, sendo um regime claramente mais vantajoso para a maioria dos agregados familiares com dependentes.



Senhora Presidente, senhoras e senhoras Deputados,

Estamos prestes a entrar na fase final da aprovação do Orçamento do Estado para 2016.

Portugal vive um dos momentos mais importantes da sua história recente. Estivemos sujeitos nos últimos anos a um conjunto de medidas de forte austeridade, medidas que provocaram a diminuição do rendimento disponível das famílias, medidas que impediram o crescimento das nossas empresas. É urgente virar essa página e é isso que o XXI Governo se propõe fazer, desde logo, com o Orçamento do Estado para 2016.

As portuguesas e os portugueses merecem que estejamos todos à altura das nossas responsabilidades. Merecem, sobretudo, que lhes devolvamos a esperança.

E é nesse sentido que vai este Orçamento do Estado.

Muito obrigado.